



Marcelo Miterhof

Economista do BNDES, atualmente em exercício das funções na Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR)



Priscila Spécie

Doutora em Sociologia Jurídica (USP), assessora da Área de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES

A BIP e o papel das plataformas-país de investimentos sustentáveis¹

O mundo busca uma revolução industrial singular. Nas transformações produtivas aceleradas que ocorreram nos séculos XVIII, XIX e XX, a introdução de novas tecnologias – com destaque para as de energia, transporte e comunicação – trouxe novos produtos ou novos processos que reduziram os custos de produção. O papel do Estado foi sempre relevante, por exemplo, na produção de conhecimento e na busca por matérias-primas, incluindo a infame corrida colonial. Mas a redução de custos e a criação de novos produtos fizeram com que o mercado colocasse as transformações produtivas em prática rapidamente. Agora, busca-se fazer mais ou menos as mesmas coisas, mas eliminando a produção de gases do efeito estufa (GEE). É uma revolução industrial das externalidades.

Externalidades são benefícios ou custos econômicos e sociais não internalizáveis diretamente nas receitas ou custos de um(a) projeto/empresa. Promover as externalidades positivas e corrigir as negativas são um clássico papel do Estado, pois há benefícios – como o conhecimento de uso amplo associado aos esforços de pesquisa básica – que o setor privado não se interessa porque não obtém lucro

ou custos que ele se esquivava (como a emissão de GEE) porque não é fácil que lhe sejam atribuídos.

Na atual busca da transição energética e ecológica, o papel do Estado é particularmente intensivo. É tão importante, como costuma ser, na realização de investimentos e compras públicas que permitam criar e disseminar novas tecnologias. Porém, é especialmente relevante no estabelecimento de uma regulação – que exige um grau inédito de coordenação internacional – capaz de desincentivar ou mesmo proibir as tecnologias emissoras e incentivar as limpas, promovendo a descarbonização.

Outra tarefa que é particularmente decisiva desta vez é a de criar mercados e facilitar que a iniciativa privada concretize projetos. Afinal, o mundo precisa criar condições para que as tecnologias limpas se tornem igual ou menos custosas do que as emissoras de GEE.

É nesse contexto que tem surgido uma iniciativa que busca coordenar esforços públicos e privados, as chamadas “plataformas-país” (*country platforms*, no termo em inglês). Elas são iniciativas lideradas por governos nacionais para alinhar políticas públicas, planejamento setorial e fluxos financeiros – domésticos e internacionais

– em torno de prioridades climáticas definidas pelos próprios países.

O objetivo é enfrentar os desafios incomuns da transição energética, escalando as iniciativas, coordenando-as e conferindo mais previsibilidade aos investimentos. Elas não são fontes diretas de financiamento, mas organizam esteiras (*pipelines*) de investimentos, harmonizam critérios técnicos e ambientais, mobilizam recursos concessionais (subsídios condicionados) e reduzem assimetrias de informação, promovendo uma conexão entre partes interessadas e um mapeamento de riscos e soluções.

Cada país pode ter uma plataforma diferente, de acordo com suas oportunidades, seus desafios e suas especificidades institucionais.

No caso do Brasil, foi criada em outubro de 2024 a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica, que usa a sigla BIP, referente ao seu nome em inglês Brazilian Investment Platform.

A BIP é liderada pelo Ministério da Fazenda em articulação com os ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento (MMA), Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e de Minas e Energia (MME).

O BNDES atua fazendo o secretariado da plataforma, sendo responsável pela gestão operacional, pela coordenação do processo de seleção de projetos, pela identificação e estruturação de instrumentos concessionais de financiamento, pela modelagem de soluções financeiras para os setores prioritários da BIP – incluindo mecanismos de finanças mistas (*blended finance*), que comungam recursos a juros de mercado e subsidiados ou filantrópicos – e pela seleção de instituições

A necessidade de promover a descarbonização está posta antes que as tecnologias sejam capazes de ao menos igualar em custo as tecnologias de alta emissão

financeiras parceiras comprometidas com o financiamento da transição climática e ecológica. O banco faz ainda o relacionamento com potenciais investidores e doadores.

O secretariado conta ainda com o apoio de parceiros internacionais: a fundação Bloomberg Philanthropies; a Aliança Financeira de Glasgow para o Net Zero (GFANZ, uma coalizão de instituições financeiras para alcançar uma economia neutra em carbono); e o Fundo Verde para o Clima (GCF, na sigla em inglês), fundo global ligado à ONU que financia iniciativas de mitigação e adaptação em países em desenvolvimento.

Uma breve descrição dos processos da BIP e de seus principais resultados concretos até o momento ajudam a entender como tal tipo de plataforma nacional pode ser útil.

O primeiro é o processo de seleção de projetos da BIP. Para se qualificarem, os projetos passam por uma avaliação técnica visando assegurar uma alta efetividade em reduzir novas emissões ou capturar carbono, tendo

um caráter inovador ao menos para o mercado brasileiro em termos setoriais, tecnológicos ou de escala de produção. Como o Brasil tem vantagens comparativas substanciais nos setores priorizados, em geral os projetos escolhidos também são inovadores globalmente.

Hoje, a carteira da BIP é composta por 17 projetos, que somam US\$ 25 bilhões em investimentos potenciais, distribuídos entre setores como indústria de baixo carbono, soluções baseadas na natureza e transição energética. A lista de projetos e informações adicionais está disponível no portal da BIP (www.gov.br/bip).

Outros 30 projetos foram recusados. As principais razões foram não mostrarem adicionalidade em termos de descarbonização e não terem um acionista capaz de liderar o projeto. Atualmente, há ainda cerca de 20 projetos em análise.

Esses números sugerem que há uma alta seletividade. De todo modo, o relevante é que a plataforma mantenha um conjunto de projetos que seja crível, tenha adicionalidade socioambiental e que seja capaz de se renovar à medida que os empreendimentos consigam materializar as vantagens comparativas do país na transição energética.

Os 17 projetos estão em distintas fases, sendo que dois já tiveram um equacionamento financeiro (total ou parcial) concluído. Um deles é um financiamento de US\$ 565 milhões para o grupo Serra Verde (único produtor em larga escala fora da Ásia de terras raras pesadas críticas) feito pela Corporação Financeira dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (DFC). O outro é o financiamento de R\$ 148,5 milhões pelo BNDES para uma usina de biometano – de um conjunto que tem oito usinas ainda por

equacionar as fontes – da Bioo Paraná. O BNDES também fez um aporte de R\$ 85,8 milhões para adquirir 19,9% do capital total da Bioo. Espera-se que ao longo de 2026 mais três ou quatro projetos relevantes consigam fechar seu equacionamento financeiro.

Por não fazer parte diretamente do financiamento, é difícil saber o papel efetivo que a BIP teve no equacionamento financeiro de cada projeto. Porém, a experiência já tem mostrado que passar pelo processo de seleção da plataforma confere um benefício a um projeto.

Por exemplo, as iniciativas selecionadas participam de chamadas de projetos em que são apresentados para um amplo conjunto de instituições financeiras selecionadas (mais de 70, sendo que cerca de 50 são estrangeiras). É possível afirmar que o aval da BIP permite a um projeto ser avaliado pelos bancos mesmo quando ainda está algo imaturo, numa fase de pré-estruturação de crédito. O projeto também é visto por potenciais investidores e outros atores, públicos e privados, que podem ser relevantes para sua concretização.

A BIP não é apenas um *market place*. Dada a natureza dos desafios da revolução industrial das externalidades, ela é também, em especial para o BNDES, um ambiente de geração de conhecimento setorial e de elaboração dos mecanismos de financiamento climático necessários para fazer as agendas estratégicas e os projetos andarem.

Outros dois resultados já obtidos pela BIP são a Chamada de Clima do BNDES e o lançamento pelo GCF e pelo BNDES de um fundo catalítico inédito no Brasil.

O BNDES – por meio de sua subsidiária de participações acionárias,

a BNDESPar – lançou em setembro de 2025 uma chamada pública para seleção de fundos com foco em mitigação climática. A chamada recebeu 45 propostas, entre fundos de participação acionária (*equity*) e de crédito. Os fundos selecionados receberão R\$ 4,3 bilhões, devendo mobilizar mais R\$ 11,9 bilhões em recursos privados. Foram selecionados cinco fundos de participação acionária: três em transição energética e dois em soluções baseadas na natureza (SBN) e dois de crédito, ambos em transformação ecológica. Atenderam à chamada alguns dos maiores fundos globais.

Os fundos deverão buscar projetos de transição energética ligados a biotecnologias, biocombustíveis avançados, descarbonização da indústria, economia circular, geração de energia. Em soluções baseadas na natureza, são esperados projetos de formação de florestas, sistemas agroflorestais, culturas de suprimentos críticos etc.

Como há um alinhamento entre os critérios de adesão à BIP e a taxonomia verde adotada pelo BNDES, a expectativa é que os fundos selecionados na Chamada de Clima sejam também avaliados pela plataforma e possam, por meio dela, buscar recursos adicionais.

Por fim, em novembro de 2025, a BIP e o GCF anunciaram um fundo catalítico destinado a financiar investimentos (via participação acionária e crédito) em projetos de alto impacto, como os de hidrogênio verde e os de aço e cimento de baixo carbono. Os valores a serem aportados ainda não estão fechados. A ideia é que o GCF coloque recursos que terão um teto de retorno, de maneira a incentivar o aporte de outras instituições (o BNDES será uma delas) interessadas

em ganhar mais caso os projetos se mostrem bem-sucedidos.

Tais experiências apontam para uma direção. O papel que usualmente os Estados têm na promoção das transformações produtivas e na criação de mercados segue valendo. Mas o desafio é maior, pois a necessidade de promover a descarbonização está posta antes que as tecnologias sejam capazes de ao menos igualar em custo as tecnologias de alta emissão. Isso não é trivial, pois estas últimas foram aperfeiçoadas ao longo de séculos. Assim, o impulso dado pelos mercados e pelos interesses privados ainda não são plenos como foram nas revoluções industriais anteriores.

A revolução industrial das externalidades exige mobilização de recursos, mas também um planejamento mais desafiador das iniciativas, o que tem sido traduzido na criação do chamado “mapa do caminho”. As plataformas nacionais de investimentos sustentáveis ajudam a desdobrar concretamente esse mapa, buscando facilitar o fluxo de informações entre empreendedores e financiadores, garantir a efetividade da redução de emissões, combatendo o *greenwashing*, alinhar políticas públicas e promover o conhecimento setorial, entre outras coisas. Elas se configuram como um laboratório prático, tendo como um de seus principais objetivos trazer a iniciativa privada e os mecanismos de mercado para o jogo da transformação produtiva e tecnológica que o mundo almeja. ■

¹O artigo não reflete necessariamente a opinião do banco ou da SGPR.

*Marcelo Mitterhof escreve
a cada bimestre.*